



Dom Tomás: "Seria impossível se colocar um dique na caminhada da Igreja, nem mesmo se fosse por ordem do papa"

Dom Tomás denuncia venda ilegal de terras das reservas indígenas

Entrevista a Djalba Lima e Valterli Guedes

"Quanto aos motivos que levaram esta repressão a atingir a Igreja, asseguro que não foi porque embarcamos na subversão e na agitação. Foi simplesmente porque a Igreja optou pelo pobre e oprimido" — afirmou ao CINCO DE MARÇO o bispo Dom Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário, que regressou na última sexta-feira de São Paulo, onde divulgou, juntamente com o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, o documento Repressão à Igreja no Brasil, reflexo de uma situação de opressão, abrangendo a problemática dos direitos humanos e da perseguição à Igreja no Brasil durante o período de 1968 a 1978.

Segundo Dom Tomás, "hoje há levantamentos bastante exaustivos sobre a repressão e isto, mais cedo ou mais tarde, será conhecido do público". O presidente do Cimi considerou o governo Médici o que mais reprimiu a Igreja no Brasil, "apesar das aparências indicarem o contrário; justamente o que parecia mais popular foi o governo negro da repressão. Foi o tempo de maior martírio para a Igreja aqui no Brasil, talvez como em nenhum tempo da nossa história".

Irapuan e Leonino

A nível estadual, o governo que mais reprimiu a Igreja, segundo Dom Tomás Balduino, foi o de Leonino Caiado, "embora seja preciso dizer que Irapuan Costa Júnior embarcou na mesma linha e me parece na mesma política". Denunciou a presença de 30 agentes na diocese de Goiás para espionar as suas atividades, entre os quais um dentista colocado na cidade pela Osego. Por outro lado, Dom Tomás considerou um ato de repressão do atual governo o fato de perseguir professores ligados à diocese de Goiás Velho.

Dom Tomás Balduino ainda denunciou a venda ilegal de terras do Parque Indígena de Pimentel Barbosa. "Sabemos da existência de um inquérito

CINCO DE MARÇO — Dom Tomás, depois de divulgar um importante documento sobre a repressão à Igreja no Brasil (elaborado pelo Cedi), como o sr. vê o problema no país e, particularmente, em Goiás? A que o sr. atribui esta situação?

DOM THOMÁS — Em Goiás, nós tivemos a dura experiência da repressão, em maior parte no sentido de vigilância, de saber que havia vários elementos designados pelos órgãos de controle para acompanhar os nossos passos — os meus e dos agentes de pastoral. E depois houve a repressão na prática de injustiça contra pessoas que estavam lecionando e que foram postas fora, as quais, apesar de terem impetrado mandado de segurança e obtido liminar na justiça contra a arbitrariedade da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, nunca foram indenizadas. O pretexto para justificar o prosseguimento das injustiças praticadas contra professores, em razão da atuação da diocese, é de que a secretaria não tem dinheiro, quando a gente sabe que eles têm dinheiro para obras faraônicas e para gastos que escandalizam o povo pobre.

As repressões contra a Igreja incluem casos de pessoas que sofreram expulsão sumária, como foi o que ocorreu com o padre Francisco Cavazuti, que, simplesmente por ter aconselhado os pequenos proprietários a não venderem as suas terras ao então governador Leonino Caiado, teve contra si um processo de expulsão. E até hoje ele está confinado em um país, sem poder ir à Itália visitar os seus velhos pais. Houve e ainda há também a censura de correspondência, a perempção da concessão da rádio 13 de Maio, que era da diocese de Goiás. Bom, isto para citar alguns casos com referência à minha igreja, porque eu sei que em outros lugares a coisa pesou muito mais, no sentido de expulsão do país, como no caso do padre Jentel, da morte, da tortura (como sabemos que ocorreu com os agentes de pastoral da prelazia de São Félix e o que aconteceu com o padre João Bosco Penido Bumier). Estes são exemplos dentre outros exemplos, porque não são casos isolados. Nós sabemos que a repressão pegou o país de norte a sul.

Respondendo à sua segunda pergunta — os motivos que levaram esta repressão a atingir profundamente a Igreja — asseguro que não foi porque esta igreja embarcou na subversão e na agitação. Foi simplesmente porque ela optou pelo pobre e oprimido. Isto é muito claro — e talvez seja uma das evidências mais meridiana de todo esse processo repressivo do Estado contra a Igreja no período dessa revolução. Foi simplesmente porque a Igreja, tomando consciência de sua missão profética, optou pelos pobres, pelos índios, pelos lavradores e pelos operários. Em consequência disso, ela começou a ser castigada.

CINCO DE MARÇO — E qual o governo que, particularmente, mais reprimiu a Igreja no Brasil?

DOM THOMÁS — Hoje existem levantamentos bastante exaustivos sobre a repressão e isto, mais cedo ou mais tarde, será conhecido do público. É preciso dizer que, embora as aparências indiquem o contrário, foi o governo Médici; justamente o que parecia

mais popular foi o governo negro da repressão. Foi o tempo do maior martírio para a Igreja aqui no Brasil, talvez como em nenhum outro tempo da nossa história.

CINCO DE MARÇO — E aqui a plano estadual, qual o governo que mais perseguiu a Igreja?

DOM THOMÁS — Foi justamente o governo de Leonino Caiado, que foi indicado por Médici, embora seja preciso dizer que o Irapuan Costa Júnior embarcou na mesma linha e me parece na mesma política.

CINCO DE MARÇO — E quais os casos de repressão à Igreja de que o sr.

"Em Goiás, o governo que mais reprimiu a Igreja foi o de Leonino Caiado, embora seja preciso dizer que o Irapuan Costa Júnior embarcou na mesma linha e me parece na mesma política. Existem, atualmente, em Goiás, 30 agentes do governo vigiando os atos da diocese".

tem conhecimento no governo Irapuan Costa Júnior?

DOM THOMÁS — Foi durante este governo que se estabeleceu, pelo menos com relação à minha diocese, um maior contingente de pessoal vigiando — e, inclusive, havia pessoas exercendo cargo, vamos dizer, aparentemente de dentista, mas com função de polícia em relação a agentes de pastoral da nossa diocese. Isto neste governo agora...

CINCO DE MARÇO — Nós queremos que o sr. explicitasse melhor: pessoas aparentemente exercendo o cargo de dentista, mas com função de polícia. Como isso, realmente, se configurou?

DOM THOMÁS — Eu tenho confirmação segura daquilo que acabei de levantar, e isto que estou dizendo não é uma informação genérica; é caso bem preciso. No momento em que for necessário, eu poderei dar nomes.

CINCO DE MARÇO — Não há, de nossa parte, nenhuma suspeita de que seja uma denúncia gratuita. Apenas porque, sem que seja explicitado, todos os dentistas ficariam sob suspeita. Daí porque nós gostaríamos, se fosse possível, que o sr. adiantasse o fato concreto.

DOM THOMÁS — Não... Quem não se sente ligado a tais esquemas não precisa nem ter dúvidas com relação a essa denúncia... E talvez para precisar assim eu faria a revelação no momento de uma interpeleção judicial.

CINCO DE MARÇO — Apenas um caso?

DOM THOMÁS — Envolvendo dentista, apenas um caso. Ele foi colocado pela própria Osego, entende? Mas fala-se em torno de 30 agentes distribuídos na diocese para exercer essa vigilância. Então, há agentes exercendo outras funções.

administrativo dentro do próprio Ministério do Interior e isto causou um certo mal-estar entre os pequenos e altos funcionários da Funai, porque o próprio presidente do órgão, general Ismarth de Oliveira, estaria sendo objeto desse inquérito", revelou o presidente do Cimi.

Outro assunto comentado por Dom Tomás foi a demissão do antropólogo Olímpio Serra da direção do Parque Nacional do Xingu, afirmando que, na Funai, "sobrou o pessoal medíocre, o que é uma constante num governo em que o critério para ascender a um posto oficial é passar pela peneira do SNI. Então — acrescenta —, qualquer homem de atitude própria, de visão clara e de decisão não passa nessa peneira. Passam os invertebrados, os capachos, os bajuladores e os homens desfibrados".

CINCO DE MARÇO — E como o sr. conseguiu descobrir e detectar a presença desses elementos na diocese?

DOM THOMÁS — Através de depoimentos de altos funcionários do próprio governo.

CINCO DE MARÇO — Depoimento prestado perante quem?

DOM THOMÁS — Prestado perante pessoa fidedigna.

CINCO DE MARÇO — O sr. fala também a respeito de processos de professores que teriam prestado serviço ao Estado, os quais não receberam ainda. Esses casos são quantos e esses serviços foram prestados onde? Nós queríamos que o sr. explicasse bem essa acusação, porque é um caso que cabe até intervenção federal do Estado, caso não se cumpra a decisão judicial...

DOM THOMÁS — Bom... é o caso, por exemplo, da professora Alzira Campos, de Betânia, município de Jussara, que, juntamente com as suas colegas, são mães de família paupérrimas, resolveram parar as aulas de comum acordo com os pais, porque não estavam recebendo. Chegou o prefeito de Jussara e resolveu pagar as professoras em atraso. Resultado: todas as professoras receberam, menos ela, Alzira Campos. E aquilo foi continuando até que ela moveu uma ação judicial, da qual saiu vitoriosa. O juiz condenou o Estado a pagar a indenização à professora e até hoje a Secretaria de Educação não cumpriu a sentença. A alegação é falta de verbas, falta de dinheiro. Está af a desfaçatez, o cinismo de um órgão oficial.

CINCO DE MARÇO — Dom Tomás, recentemente o Cimi pediu a divulgação do resultado de um inquérito que apurou a venda ilegal de terras da reserva indígena de Pimentel Barbosa, no Mato Grosso. O sr. tem conhecimento de envolvimento de servidores da Funai neste caso de corrupção, estando eles indiciados no inquérito?

DOM THOMÁS — Existe uma denúncia pública, formulada pelo padre Antônio Iási Júnior perante a CPI do Índio, e ali está explicada toda a trama para tomar as terras dos indígenas de Pimentel Barbosa. Além disso, a coisa tem caminhado no sentido de um agravamento, diante de tantas denúncias e de sindicâncias. Sabemos da existência de um inquérito administrativo dentro do próprio Ministério do Interior e isto causou um certo mal-estar entre pequenos e altos funcionários da Funai, porque o próprio presidente do órgão, general Ismarth de Oliveira, estaria sendo objeto desse inquérito. Quer dizer, em suma, que a Funai estaria envolvida como ré no problema das terras de Pimentel Barbosa. O grave af é que não se trata apenas de fazendeiros com os quais elementos do governo têm sempre uma aliança, mas são elementos da própria Funai, inclusive citada explicitamente a presença da dra. Laia Matar, assessora jurídica da fundação, como interessada nessas transações.

Segundo o depoimento do padre Antônio Iási perante a CPI do Índio, "outros interesses que não os dos índios entraram em jogo" na demarcação da reserva: consta que o ex-funcionário da seção de cartografia da Funai, Valdênio Lopes — hoje proprietário na região — e outras pessoas levaram os índios do Parque Indígena de Pimentel Barbosa a aceitarem a diminuição da

sua área, em troca de algumas novilhas e uma camioneta C-10, 1971.

CINCO DE MARÇO — A que o sr. atribui essa tomada de posição dos índios sobre os seus direitos, tendo em vista que eles ultimamente têm se mostrado muito conscientes? Até que ponto a Igreja interfez nesse processo de conscientização?

DOM THOMÁS — Eu acho que é um processo mundial de conscientização, que está atingindo os povos do Terceiro Mundo, como atingiu os povos da África, que chegaram à situação em que estão. Os índios não estão fora do mundo. Eu acho que a defasagem da Funai com relação ao índio é continuar tratando o índio como o elemento folclórico — puro, com sua cultura primitiva, que convém preservar, mas não admitindo o índio político. E a conscientização é uma dimensão política que está no índio e ele sempre teve essa dimensão, mais ou menos crepuscular, dependendo da constelação em que ele se situava. São membros de povos, de povos que lutaram ao correr de toda a sua história e tiveram então posições mais realistas, mais objetivas com relação à circunstância em que se inseriam. Agora, estão inseridos dentro de uma situação muito complexa, em que essa dimensão política se toma como que a tábua de salvação deles. Então, quando os índios reivindicam para si uma situação de direitos, de autonomia e de auto-determinação estão simplesmente manifestando que, face a toda esta manipulação oficial e para-oficial com relação a eles, a saída é essa. Eu acho que isso explica o caráter político e a conscientização que nós estamos vendo no índio. A Funai achava inicialmente que essas manifestações de índios eram sopradas pelo Cimi. Mas como o índio, diante de uma situação dessa, de uma política adversa,

"Outros interesses que não os dos índios entraram em jogo na demarcação da reserva de Pimentel Barbosa: consta que o ex-funcionário da seção de cartografia da Funai, Valdênio Lopes — hoje proprietário na região —, e outras pessoas levaram os índios do Parque Indígena de Pimentel Barbosa a aceitar a diminuição de sua área, em troca de algumas novilhas e uma camioneta C-10".

como está acontecendo oficialmente, não vai reagir? Ele está reagindo. Quer dizer, a própria política está ditando o comportamento deles.

PEDRO TIERRA (assessor do Cimi, complementando) — As assem-

bléias de chefes indígenas, que têm sido realizadas nos últimos anos, e que agora já estão na 12a., representam elemento da maior importância para explicar o nível de consciência que os índios têm alcançado com relação aos seus problemas. É impressionante a gente dar uma lida nas assembleias e ver que o assunto fundamental que se trata nelas é o problema da terra, que é o mais sentido. E isso não foi o Cimi ou qualquer missionário que soprou para os índios. Isso é um problema que eles sentiram e que, trocando idéias com os seus companheiros de todas as regiões do país, perceberam que não é um problema isolado, mas decorrente de uma política indigenista nacional. A gente acredita que as assembleias têm, de fato, dado uma contribuição para que esse nível de consciência se amplie.

CINCO DE MARÇO — Como o sr. analisa a demissão do antropólogo Olímpio Serra dos quadros da Funai?

DOM THOMÁS — Eu acho que o próprio Olímpio deu a resposta cabal — ele que está dentro, que está vivendo o problema. Aquela sua palavra tem peso extraordinário, sobretudo porque ele se sentiu livre para falar, uma vez que não tinha mais compromisso com a estrutura da Funai. Ele fez duas denúncias dignas de nota: primeiro, ele denuncia o general Ismarth e a própria Funai de se desfazer de médicos, antropólogos e indigenista de inegável dedicação e eficiência. Em outras palavras, o pessoal melhor foi posto na rua. Sobrou o pessoal medíocre, o que é uma constante num governo em que o critério para ascender a um posto oficial é passar pela peneira do SNI. Então, qualquer homem de atitude própria, de visão clara e de decisão não passa nessa peneira. Passam os invertebrados, os capachos, os bajuladores e os homens desfibrados. Nós estamos caminhando cada vez mais para um tipo de administração composta de pessoas totalmente medíocres, justamente pelo fato de serem obrigatoriamente submetidas a esses critérios. Se escapam dessa peneira, como o caso de Olímpio Serra, como o caso desses outros médicos, dentistas, antropólogos e indigenistas, eles são degolados.

Outra denúncia que acho também grave, levantada pelo Olímpio Serra, que deveria fazer refletir a nós todos e ao próprio governo é o fato de ele dizer que já estava difícil de permanecer fora de lista tão ilustre e, o que é mais grave, em companhia de um torturador de índios. Nós sabemos que há pessoas que cometaram crimes contra os índios, crimes contra o patrimônio (inclusive, neste caso de Pimentel Barbosa, conclui-se no inquérito que existem pessoas culpadas dentro da Funai) e crimes contra a sua cultura. Nós sabemos da existência de um inquérito instaurado no Maranhão, o qual reconheceu que o coronel Armando Perfet era responsável pela tortura dos índios guajajaras. Ora, esses criminosos permanecem na Funai, enquanto homens da estatura de um Olímpio Serra, de inatacável honradez e lisura, são colocados para fora.

PEDRO TIERRA (assessor do Cimi) — Acho que seria importante a gente observar o seguinte: poucas vezes um sertanista ou um antropólogo neste país teve a felicidade que o Olímpio

Serra teve: a resposta dele foi dada pela boca do índio. Foram os índios do Xingu que responderam para ele, quando foram lá o presidente da Funai, e sua comitiva para impor o Apoena Meirelles, e eles se recusaram a recebê-los. Isso é consequência do trabalho do Olímpio Serra e do fato dos índios estarem perfeitamente conscientes de que são adultos e são povos que merecem respeito. E foi isso que os índios disseram quando puxaram a orelha do general Ismarth no Parque do Xingu, afirmando para ele que não custava ter avisado que iria tirar o Olímpio e colocar o Apoena. Então, o Olímpio falou pela boca do índio, e pouca gente neste país teve esta felicidade, principal-

"Na Funai, sobrou o pessoal medíocre, o que é uma constante num governo em que o critério para ascender a um posto oficial é passar pela peneira do SNI. Então, qualquer homem de atitude própria, de visão clara e de decisão não passa na peneira. Passam os invertebrados, os capachos, os bajuladores e os homens desfibrados".

mente o pessoal que hoje está dentro da Funai.

CINCO DE MARÇO — Essa visão de que o índio já está adulto e conscientizado não seria um índice de que ele pode ser emancipado?

DOM THOMÁS — Não de uma falsa emancipação como se quer impingir ao índio. Eu creio que a luta contra a emancipação decorre exatamente deste aspecto da questão: querem emancipar apenas as terras dos índios. Na realidade, é isto. Quando nós falamos agora em voltar a cobrar a emancipação do índio poderíamos correr o risco de dar a impressão de apoiar o governo, que quer fazer essa emancipação. Eu acho que o índio caminha para a emancipação, mas não essa que o governo quer lhe impingir, a qual visa tão-somente liberar as terras indígenas para colocá-las à disposição do latifúndio. Aliás, a própria proteção ao índio visa dar a ele as condições de crescimento, como toda tutela é feita para permitir ao tutelado um dia ser o maior, ser cidadão nas mesmas condições e em pé de igualdade com os demais. Não me parece claro que a Funai esteja interessada nisso, dado o fato de andar castrando assembleias de índios, de impedidos de falar e de participar de congressos de prelados. A emancipação no sentido do índio perder o estatuto legal que lhe garante a posse das terras é o que

estava sendo buscado com muito aca-
damento, com muita solicitude, e é isto
que nós questionamos.

CINCO DE MARÇO — O sr. tem
conhecimento de outros casos de tor-
tura de índios, principalmente no Par-
que Nacional do Xingu? O Olímpio
Serra denunciou que no PNX houve
casos de suborno, chantagem, tortura e
de violação sexual de índias e índios.

DOM THOMÁS — Eu não tenho
conhecimento especial com relação ao
PNX. Agora, se fala de uma prisão de
índios no território de Roraima, na re-
gião de fronteiras. Havia, ou ainda há,
uma prisão destinada a índios naquela
região. A coisa ficou assim camuflada,
mas houve essa denúncia.

CINCO DE MARÇO — Nós gostá-
ríamos que o sr. nos relatasse as difi-
culdades que o Cimi encontra no mo-
mento para prestar a sua assistência
aos índios. Como está no momento o
relacionamento do Cimi com a Funai?

DOM THOMÁS — A Funai, há
muito tempo, fechou a entrada das al-
deias, de modo especial ao Cimi. Nas
aldeias em que se fechavam os olhos à
entrada de qualquer vendedor, mesmo
vendedor de cachaça, havia, lá no pos-
to, via rádio, uma determinação contra
a entrada de elementos do Cimi. Nós
testamos isto em vários postos, de ma-
neira que nos afigurou como uma me-
dida geral. E houve também ordem de
prisão para os padres Egídio Schawden
e Antônio Iási desde que entrassem em
alguma aldeia indígena. E esta ordem
de prisão foi estendida também a Dom
Pedro Casaldáliga.

CINCO DE MARÇO — E o que o
Cimi tem feito pelos índios?

DOM THOMÁS — O contato com
os índios tem continuado como antes,
não só com os das missões com quem a
gente tem ligações permanentes, mas
os outros, de um modo geral, que pro-
curaram o Cimi, e que procuraram, de
uma forma ou de outra, participar das
assembleias. Mas eu creio que já houve
um momento em que o Cimi estava em
baixa com relação a toda essa represen-
tação.

No momento, eu não creio que nós
podemos nos queixar de dificuldades
de levar adiante a política indigenista,
por dois motivos: primeiramente, pelo
próprio índio, que está assumindo a
sua luta, e está falando, está agindo.
Agiu no sul, limpando a sua área; está
agindo agora, aqui no Mato Grosso.
Tem, por iniciativa própria, convocado
assembleias, como aconteceu em São
Marcos, na aldeia Xavante. Tem feito
declarações nos jornais; tem participa-
do de ato público, impressionando
profundamente a opinião pública.
Além disso, há uma solidariedade de
amplos setores de nossa sociedade com
relação à causa indigenista. Não é soli-
diedade ao Cimi, porque o Cimi seria
um entre muitos organismos que estão
dispostos a servir.

Eu creio que é um fenômeno atual
digno de nota o aparecimento de mu-
ltas comissões pró-índio, de grupos de
apoio, de diversas associações que con-
gregam outras associações, mesmo com
finalidades diferentes, mas que se
unem no momento de fazer uma mani-
festação ou tomar uma posição em fa-
vor do índio. Isto ocorre entre estu-
dantes, intelectuais, cientistas e o povo
de um modo geral. Tem se notado, por
exemplo, nas comunidades de base,
operárias e lavradores, uma sensibili-
dade grande com relação ao índio e uma
sintonia com todos esses grupos no
país que estão a favor dos indígenas. O
Cimi está dentro deste caudal. Antigamente
a gente podia dizer que estava
sozinho e sob a repressão da Funai,
que inclusive tentou dividir os próprios
missionários aliciando-os contra o Ci-
mi. Então, hoje, nós contamos não só
com a cobertura dos missionários, por-
que a CNBB assumiu o Cimi, mas con-
tamos também com essa solidariedade
de amplos setores da nossa sociedade,
que se dispuseram a lutar em
favor do índio. Não querendo, eviden-
temente, tomar o lugar do índio e sa-
bendo que ele tem a dianteira, que ele
é o protagonista de sua luta, nós temos
perfeita consciência de que os índios
precisam de aliados — aliás, eles tam-
bém sabem que precisam de alianças
na sociedade de brancos, que não é só
composta de inimigos deles.

CINCO DE MARÇO — O antropó-
logo Olímpio Serra disse que os postos
indígenas têm se constituído em ponta
de lança da sociedade dominante. Se-
gundo ele, muito mais do que assisten-
cial, os postos indígenas se constituem
numa agência colonizadora, enfeixan-
do todos os poderes que armas mais
elementares do colonialismo — o sub-
orno, a chantagem emocional e a re-
pressão — podem obter. O sr. concorda
com essa afirmação?

DOM THOMÁS — Eu concordo,
porque acho que a Funai revelou que
não tem nenhum prestígio, nenhuma
força dentro do sistema. Ela é apenas
um órgão, um instrumento do sistema
na área indigenista. E para este siste-
ma, o índio é um obstáculo ao pro-
gresso, à efetivação da proposta de
ocupação da terra para a agricultura de
exportação, para o gado etc. De mane-
ira que essa é que é a verdade.

CINCO DE MARÇO — Além de ou-
tros tipos de exploração, quais os casos
mais comuns de espoliação do patrimô-
nio indígena?

DOM THOMÁS — A maior delas é
a exploração das terras. Esta é a
mais grave porque, se dilapidarem o
patrimônio do índio mas não lhe tira-
rem a terra, ele continua ali, equilibra-
do, ao passo que, sem terra, ele morre,
depois de se desorganizar, destribilizar
e perder a sua própria segurança. Ele

sai de sua própria constelação e cai
num mundo hostil. Então, desaparece,
não havendo mais condição de conti-
nuar vivendo como índio. Agora, há
também a dilapidação do patrimônio
indígena, como as madeiras, de que foi
exemplo o caso do parque de Ibirama,
que vai ser inundado. Há também o
caso das castanhas dos índios gaviões
que depois desrecuperaram, mas quan-
tos anos foram exploradas em benefi-
cio de particulares. De um modo geral,
o patrimônio não está sendo revertido
em favor do índio. Os ônus parecem
muito mais pesados em termos de fun-
cionalismo do que no sentido de ajuda,

“Nós sabemos da
existência de um
inquérito instaurado no
Maranhão, o qual
reconheceu que o
coronel Armando
Perfet era responsável
pela tortura dos índios
guajajaras. Ora, esses
criminosos
permanecem na Funai,
enquanto homens da
estatura de um
Olímpio Serra, de
inatacável honradez
e lisura, são colocados
para fora”.

de recuperação em relação à comuni-
dade indígena. Há também o problema
do arrendamento das terras indígenas,
que evidentemente é uma porta aberta
a fatos consumados irreversíveis. Entra
uma pessoa na área, vai se enraizando
ali, fazendo benfeitorias, sem condi-
ções de retroceder. É importante lem-
brar ainda, nesse capítulo de explora-
ção, o trabalho escravo do índio.

Por uma questão de impotência ou
por conviência da própria Funai com
os organismos que traçam a política
rodoviária nacional, a verdade é que es-
tradas têm sido abertas cortando as re-
servas indígenas, não se tendo notícia
de nenhum caso em que a área indí-
gena determinasse uma modificação da
rota das rodovias. Caso mais flagrante
foi o da Manaus-Caracará, em torno
do qual houve toda uma celeuma, toda
uma grita para que se adiasse o iní-
cio das obras, ou que a rota sofresse
um desvio. Foi inexorável, e aconteceu
o pior.

CINCO DE MARÇO — Especial-
mente com relação aos índios de
Goiás, o que o sr. poderia falar? Qual
a situação deles atualmente?

DOM THOMÁS — O índio carajás
de Goiás é ligado ao Araguaia e, real-
mente, faz pena a sua situação — está
largado assim à sua sorte e preso às
malhas de todo um sistema que só lhe
devolve a parte pior. O xerente tem lá
a sua reserva e, como também o kraô,
não está em pior situação. Quanto aos
apinajés, a situação é ruim. Eles estão
conscientes de que têm as suas terras,
têm suas áreas tradicionais, mas, como
fazer, se ela está atualmente ocupada
por grandes fazendeiros, que são gran-
des políticos de nosso Estado. É um
grande desafio: estão lá numa terra
paupérrima, vivendo na miséria, na de-
gradação.

CINCO DE MARÇO — Mas a área
deles já foi delimitada?

DOM THOMÁS — Acho que a área
ainda não foi delimitada, nem demar-
cada. Sabe-se que há estudos a respeito
das terras deles, justamente áreas que
conflitam com outros interesses.

CINCO DE MARÇO — E o con-
flito de índios e fazendeiros na reserva
de Pimentel Barbosa, que evoluiu a
ponto de o presidente da Funai requi-
sitar a presença de tropas do Exército
para evitar o agravamento da violência
na região?

DOM THOMÁS — Eu sei apenas o
que a imprensa tem revelado, mas im-
gino o desdobramento disso. Na verda-
de, o índio perdeu a confiança na Fu-
nai, porque ela, nos conflitos, está en-
viando elementos como policiais dos
fazendeiros. É um vexame que o nosso
Exército, numa hora dessas, fique en-
carregado de ser a guarda pretoriana

“Há uma prisão de
índios no território de
Roraima, na região de
fronteiras. Havia, ou
ainda há, essa prisão
destinada a índios
naquela região. A
coisa ficou camuflada,
mas houve essa
denúncia”.

dos fazendeiros. Eu acho que se deve
mobilizar forças em favor do fraco,
não em benefício do forte. Isto aí seria
submissão, seria decadência, falta de
nobreza, falta de dignidade e ruptura
com a nossa tradição política.

CINCO DE MARÇO — Como o sr.
analisa a indicação do atual diretor-
geral do DNER, Adhemar Ribeiro da Sil-
va, para a presidência da Funai, no
próximo governo?

DOM THOMÁS — Eu nunca tive
muitas esperanças nesse próximo go-



propon soluções adequadas para os
seus problemas. E isto prova mais uma
vez o mau exercício da tutela. Pelo
que Daniel tem falado, pela vivência
dele, vê-se que ele é profundamente
entrosado com a luta de seu grupo. Ele
também foi conselheiro do Cimi, ten-
do apresentado uma atuação bastante
positiva e lúcida, que nos ajudou mu-
ito. O mau exercício da tutela significa
também não querer que o tutelado
cresça, que ele atinja sua maioridade,
sobretudo quando esta maioridade po-
de prejudicar a política do tutor. Parti-
cularmente, eu acho que essa proibição
é muito mais prejudicial ao governo do
que Daniel Matinho ir a Puebla, com
todo o risco que o governo teria de ele
descrever a situação do país, já bastan-
te conhecida lá fora. A proibição, de
certa maneira, prejudica muito mais do
que a ida dele. Para mim, foi um erro
de tática imperdoável. Essa proibição
foi uma denúncia do próprio governo
sobre a situação do índio, na medida
em que procurou abafar tudo, escon-
der, impedindo que um membro dessa
comunidade deponha sobre a real si-
tuação de seu povo. Eu acho que é
bem provável que o Daniel seja um
índio que tenha a sua ficha no SNI,
porque se fosse um outro nome, com
trânsito livre em todas as áreas, mesmo
que sua participação em Puebla fosse
proposta pelo Cimi, certamente não
haveria qualquer proibição. Mas como
é o Daniel, cuja atitude é conhecida e

“O arrendamento das
terras indígenas é uma
porta aberta a fatos
consumados
irreversíveis. Entra
uma pessoa na área,
vai se enraizando ali,
fazendo benfeitorias,
sem condições de
retroceder”.

coerente — foi sempre coerente, não
transige, nem tergiversa —, eu acho
que, devido à sua ficha, foi prejudica-
do.

PEDRO TIERRA — Inclusive, é
bom notar que não foi o Cimi que con-
vidou o Daniel.

DOM THOMÁS — Exato. Foi a
Santa Sé. Inclusive, não se tinha idéia
de convidar um índio e um lavrador.

CINCO DE MARÇO — Quais as
perspectivas que o sr. vê para a Igreja
do Terceiro Mundo em Puebla?

DOM THOMÁS — Eu acho que é
inevitável, em Puebla, o aparecimento
da situação da América Latina. O que
a gente temia ocorrer é que pudesse ser
filtrado e condicionado um documen-
to preparado pelas próprias cúpulas
eclesiais. Já tendo as consequên-
cias de nossa realidade, acho que esse
risco está superado. Estava lendo uma
notícia de que o episcopado do
Equador vai apresentar um quadro do
que acontece no país, da situação de
marginalização, da “solução” militarista
sempre que os problemas surgem e
as oligarquias crescendo cada vez mais
— em síntese, o que acontece em toda
a América Latina. Se o Equador, onde
as conferências episcopais são menos
expressivas, está levando um documen-
to assim, imagine aqui no Brasil. A
nossa delegação tem algo a apresentar,
não desfazendo, evidentemente, as de-
mais. E o confronto vai ser exatamente
nesse ponto: uma realidade apresenta-
da pelos bispos como expressão de seu
povo ou algo para embelezar o encon-

“Eu não vejo nesse
futuro ministro do
Interior, Mário
Andreazza, nenhum
passado que o
qualifique para
assumir a problemática
indigenista em outros
termos que não os
puramente
empresariais. Para ele,
o índio é um estorvo,
um empecilho para os
grandes projetos”.

tro, que queira camuflar essa tensão
existente. A partir daí, uma vez que
essa realidade se apresenta, eu creio
que necessariamente sairá de Puebla
um maior compromisso da Igreja com
o homem. Com relação a Medellín,
houve, nestes dez anos, uma caminha-
da de grande intensidade. Eu creio que
toda a descoberta da riqueza do povo e
da sua luta se deu exatamente nesse
decênio (1968 a 1978). A nossa pasto-
ral é uma pastoral assim genérica, que
tanto era aplicada na América Latina
como na Europa; era apenas traduzi-
da. Tanto é assim que em nenhuma
aparece o índio. Depois é que surgiu
uma pastoral indigenista, uma outra
com relação ao lavrador; quer dizer,
o tratamento de uma realidade que está
af. Por outro lado, a Igreja passou por
um processo de sofrimento: a represen-
tação purificou os nossos olhos, permi-
tindo-nos enxergar mais claro; passa-
mos por um processo de purificação,
de conversão junto ao povo. Talvez um
processo de ter menos princípios, me-
nos idéias, menos fundamentos, por-
ém, mais decisão. É uma vivência
evangélica que está se fazendo dentro
da Igreja. É isto tem que caminhar;
não haveria mais condições de se colo-
car um dique nessa caminhada, nem
mesmo se fosse por ordem do papa.
Seria impossível, mesmo porque a pró-
pria condução da Igreja pelo papa su-
põe toda essa constelação de forças e
de igrejas particulares que vão camin-
hando e assumindo a história de seu
povo. Nem o papa pára mais a Igreja,
nem ele foi feito para pará-la. Ele
foi feito para ser um homem que con-
firma todos na fé, sem querer impor
esquemas, sem querer impor realida-
des, nem pastoral. Isto é a forma tradi-
cional do viver da Igreja, que é a igreja
particular, isto é, o bispo à frente de
seu povo, com sua face e seu rosto pró-
prios — rosto que é nascido dali, não é

“Nem o papa pára
mais a Igreja, nem ele
foi feito para pará-la.
Ele foi feito para ser
um homem que
confirma todos na fé,
sem querer impor
esquemas, sem
querer impor
realidades, nem
pastoral”.

importado, não é copiado. É impossí-
vel copiar. Essa igreja particular, tendo
à frente o seu pastor, integrada com
todo o seu povo e ligada a todos os
homens de boa vontade, tem a missão
de exprimir, perante o mundo, a pre-
sença do senhor Jesus, encarnado em
qualquer povo, em qualquer realidade
— na África com os africanos, na Amé-
rica com os latino-americanos.

